

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

TERRITÓRIOS DA LEITURA: UMA INICIATIVA PELA LEITURA E CIDADANIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO NORDESTE BRASILEIRO

Laiana Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Ceará, 0000-0001-8874-3703, Brasil,
laiana.sousa@ufc.br

Lidia Eugenia Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, 0000-0002-3190-6900, Brasil,
lidia@ufc.br

Emidio Sanderson Dias Sá, Universidade Federal do Ceará, 0000-0002-2381-4520, Brasil,
emidiosanderson@gmail.com

Eixo: Impacto Social

1 Introdução

É amplamente reconhecido na literatura científica que a leitura desempenha uma função essencial no desenvolvimento humano em suas dimensões cognitiva, afetiva, social e econômica. No contexto brasileiro, entretanto, desafios de ordem cultural e socioeconômica têm contribuído para que a leitura não se torne uma prática habitual entre a população, o que, por sua vez, impacta negativamente o desenvolvimento social, cultural e educacional do país. A ausência de leitura impede que os indivíduos desenvolvam uma percepção crítica e uma compreensão aprofundada de seu papel social. Além disso, a limitação no acesso ao livro, à leitura e às bibliotecas, particularmente em ambientes educacionais, agrava essa problemática, ressaltando a importância das bibliotecas escolares e dos espaços culturais como fundamentais para a promoção da leitura.

De acordo com os dados levantados pela 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (Instituto Pró-Livro, 2024), uma parcela significativa da população tem dado pouca ou nenhuma importância à leitura. A referida pesquisa constatou que 53% dos brasileiros não leram livros nos últimos três meses, o que representa uma queda no número de leitores em relação aos dados da 5ª edição da pesquisa, que

indicavam 48% de não leitores. O acesso à literatura ainda é predominantemente feito por meio de compras em lojas físicas e online, com as bibliotecas escolares ocupando um papel secundário nesse processo.

Os dados do Censo Escolar de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), corroboram essa análise, apontando que 54,2% das 178.396 escolas brasileiras carecem de bibliotecas ou salas de leitura. Essa carência se reflete nos problemas de instalação e manutenção enfrentados pelas bibliotecas escolares, que estão intimamente ligados à estrutura social desigual que garante privilégios a poucos, frustrando o movimento democratizador que impulsiona a transformação do conceito de biblioteca ao longo do tempo.

Considerando a importância da biblioteca escolar na democratização do acesso ao livro e na formação de leitores, este texto visa apresentar o projeto *Territórios da Leitura*, idealizado para criar e revitalizar bibliotecas em escolas públicas no Nordeste brasileiro. A iniciativa busca não apenas garantir o acesso a livros, mas também aproximar o aluno da biblioteca, promovendo ambientes propícios para o desenvolvimento literário e educacional. O projeto tem atuado em

comunidades de média a alta vulnerabilidade social, proporcionando ambientes esteticamente agradáveis e acolhedores, ao mesmo tempo em que promove a conexão de crianças e adolescentes com a literatura como forma de inclusão e pertencimento.

Por meio de um modelo que inclui parcerias com empresas e apoio municipal, o projeto se consolida como uma experiência exemplar no enfrentamento dos desafios relacionados à leitura e à cidadania, com potencial para inspirar políticas públicas educacionais. Sua viabilização ocorre por meio da captação de recursos via Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), o que permite que empresas invistam em cultura utilizando parte de seus impostos.

Ao revitalizar bibliotecas em regiões de vulnerabilidade, a iniciativa fortalece a luta pela justiça epistêmica e cultural, potencializando a voz e o acesso a comunidades historicamente desassistidas das políticas públicas. As bibliotecas, quando revitalizadas por meio deste projeto são abertas à comunidade, ampliando seu impacto para além das fronteiras escolares.

Nesse contexto, o problema de investigação central deste estudo é analisar como o projeto *Territórios da Leitura*, ao promover a revitalização de bibliotecas e o desenvolvimento de ações de mediação em escolas públicas de comunidades vulneráveis no Nordeste Brasileiro, contribui para a promoção da leitura e da cidadania.

A relevância desta investigação reside na necessidade de compreender o impacto social de iniciativas locais que buscam enfrentar a desigualdade de acesso ao livro e à cultura, especialmente em comunidades historicamente marginalizadas. O projeto surge como um caso exemplar, com potencial para inspirar estratégias eficazes de promoção da leitura e desenvolvimento social. Além disso, este estudo busca fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas de leitura e para a replicação de iniciativas semelhantes em outros contextos.

Para tanto, este artigo tem como objetivo geral analisar o projeto *Territórios da Leitura* como

uma iniciativa de promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas de comunidades vulneráveis no Nordeste Brasileiro; e como objetivos específicos, descrever as principais ações do projeto; apresentar seu impacto na criação/revitalização de espaços de leitura e no acesso a livros; identificar os desafios e potencialidades do projeto para a promoção da leitura e da transformação social.

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, com base na metodologia da pesquisa-ação, combinando observação participante, análise documental e registros de campo. O referencial teórico fundamenta-se em autores dos campos da leitura, da mediação de leitura e das políticas públicas do livro. Os resultados são apresentados a partir de três eixos analíticos: a revitalização simbólica e física dos espaços de leitura; as práticas de mediação e formação leitora e a articulação com políticas públicas. Tais eixos revelam o potencial do projeto para promover transformação social por meio da leitura em comunidades vulnerabilizadas.

2 Referencial Teórico

Este estudo parte do princípio de que a leitura está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento individual e ao progresso social, conforme demonstram autores que investigam suas dimensões culturais, pedagógicas e sociais (Freire, 2002; Yunes, 2002; Petit, 2008). Com base no objetivo central desta pesquisa – analisar o projeto *Territórios da Leitura* como uma iniciativa de promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas do Nordeste brasileiro – o referencial teórico foi estruturado em três eixos interdependentes: a leitura como prática cultural e social; a biblioteca escolar como espaço de mediação e cidadania; e as políticas públicas de leitura e democratização do conhecimento. Esses eixos articulam-se entre si e permitem compreender o fenômeno investigado em suas múltiplas dimensões: simbólica, institucional e política.

2.1 Leitura como prática cultural e social

A leitura, mais do que uma competência técnica, deve ser compreendida como uma prática cultural atravessada por aspectos históricos,

simbólicos e sociais. Trata-se de um processo que envolve múltiplas dimensões da experiência humana, desde o acesso ao texto até sua apropriação simbólica e crítica. Essa perspectiva exige que se considere o papel do leitor como agente ativo na produção de sentidos, em permanente diálogo com o contexto social e cultural em que está inserido.

É nesse sentido que Chartier (1999), em sua análise da história da leitura, enfatiza que ler é um ato de apropriação e interpretação do mundo, que varia conforme os suportes, os contextos e os usos sociais da leitura. O autor chama atenção para o modo como as práticas leitoras são moldadas historicamente e se vinculam a diferentes formas de construção da subjetividade.

Complementando essa perspectiva, Yunes (2002) reforça que o ato de ler ultrapassa a simples decodificação de signos e requer a consideração dos sentidos construídos na relação entre texto, contexto e leitor:

Se o ato de ler não é a mera decodificação de um sistema de sinais (escrito, desenhado, esculpido em pedra, imagem e movimento), não basta uma análise formal do código em que foi cifrado, para torná-lo legível; se o universo de discurso importa para a significação, há que se considerar o contexto de sua produção; se há ouvidos diferentes em cada homem, há que pensar nos efeitos e que o dizer/grafar tem sobre os sujeitos, isto é como se dá a recepção por parte do ouvinte/leitor (Yunes, 2002, p.20).

Essa compreensão da leitura como experiência situada e subjetiva reforça a importância de práticas pedagógicas que levem em conta o contexto de vida dos leitores, seus repertórios culturais e afetivos, e a dimensão simbólica do encontro com o texto. É nesse ponto que a mediação literária ganha centralidade, não como transmissão de significados prontos, mas como abertura ao diálogo, à escuta e à possibilidade de que cada sujeito construa sentidos próprios a partir da leitura.

Com foco no campo educacional, Kleiman (2007) contribui para essa discussão ao distinguir o letramento pedagógico do letramento literário. O segundo, de particular interesse para esta pesquisa, refere-se à formação de leitores críticos e sensíveis às linguagens simbólicas e estéticas. O letramento literário, nesse sentido, amplia o horizonte da leitura para além da funcionalidade escolar, inserindo-o no campo das experiências formativas e da participação cidadã.

Essa distinção é essencial para compreender os desafios de incentivar a leitura no ambiente escolar de forma significativa, para além das pressões por rendimento, que afastam a criança e o jovem da experiência estética e formativa da literatura. A presença da literatura no ambiente escolar, embora seja um avanço importante na democratização do acesso ao livro, muitas vezes ocorre de maneira engessada, reduzida a exercícios de interpretação normativa, análises técnicas ou avaliações que ofuscam sua potência estética e subjetiva. Esse processo, frequentemente identificado como escolarização da literatura, transforma o texto literário em objeto de decodificação, desconsiderando sua dimensão simbólica, afetiva e formadora, conforme destacado por Yunes (2002, p. 42):

Vejamos o que ocorre com frequência nas escolas e dificulta a aprendizagem da leitura. Em geral a criança lê o mundo com muita espontaneidade e com a confiança de sua experiência, mas quando atravessa a porta da sala de aula tem o sentimento de que já não entende nada, porque o mundo agora é prisioneiro de outra linguagem, cifrada, sem sua participação e seu consentimento (Yunes, 2002, p.42).

Em contraste, conforme aponta Petit (2008), a literatura pode ser um espaço privilegiado de elaboração da experiência e reconstrução da subjetividade — sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Quando tratada como mero conteúdo avaliativo, a literatura perde a capacidade de acolher, provocar e transformar, afastando os estudantes de sua dimensão

mais significativa: a de possibilidade de encontro consigo e com o outro.

A compreensão da leitura como prática social e formadora estabelece o pano de fundo teórico para refletirmos sobre os espaços que a viabilizam. Entre eles, a biblioteca escolar assume um papel central ao promover, muitas vezes, o primeiro contato com os livros e a iniciação à apreciação literária.

2.2 Biblioteca escolar: mediação, cidadania e formação de leitores

Ao considerar a centralidade da biblioteca escolar como promotora do direito à leitura, é necessário compreendê-la não apenas como um repositório de livros, mas como um espaço de encontro, diálogo e construção de sentidos. Sua função ultrapassa a mera disponibilização de acervos, sendo constituída como território de práticas pedagógicas e culturais voltadas à formação cidadã. Pensar a biblioteca escolar evoca as memórias do primeiro encontro com os livros, um momento crucial para despertar a sensibilidade dos leitores, incentivando-os a se tornarem participantes ativos e protagonistas daquele espaço.

Nesse contexto, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2015) define a biblioteca escolar como um espaço dinâmico de aprendizagem, essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da pesquisa:

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital, onde a leitura, o questionamento, a pesquisa, o pensamento, a imaginação e a criatividade são centrais para conduzir o estudante na sua trajetória da informação para o conhecimento, em direção ao seu crescimento pessoal, social e cultural (IFLA, 2015, p. 16).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) posiciona a leitura como um dos quatro eixos estruturantes das linguagens, reforçando sua dimensão crítica e cultural. A ela atribui não apenas o domínio da decodificação, mas a competência de “desvendar suas múltiplas

camadas de sentido” e de responder às demandas do leitor de forma autônoma e reflexiva.

Nesse cenário, a BNCC reconhece a biblioteca escolar como um Centro de Recursos de Aprendizagem (CRA), espaço que deveria oferecer acervo diversificado, recursos digitais e ambientes adequados ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares. No entanto, a formulação da BNCC apresenta lacunas importantes, como a ausência de estratégias claras para a leitura literária no ambiente escolar, bem como a participação ainda insuficiente dos bibliotecários em sua construção e implementação.

O papel do bibliotecário escolar nesse contexto é fundamental. Ele atua como mediador cultural e informacional, conectando os estudantes não apenas aos livros, mas também a uma ampla gama de recursos e oportunidades de aprendizagem. Essa atuação, no entanto, exige iniciativa e aproximação com a comunidade escolar, como ressalta Bichetti e Almeida Junior (2013, p.43):

Muitos educadores sabem da importância da biblioteca, mas desconhecem a importância do bibliotecário. Por isso o profissional que atua na biblioteca não pode ficar no seu cantinho, esperando que os usuários (professores, alunos, funcionários, direção e pais de alunos) se dirijam até ele. Ele deve ir ao encontro de seus usuários, procurar saber o que eles precisam, o que gostam, o que querem, quais são seus interesses, necessidades e expectativas. Conhecendo-os, há condições de mostrar-lhes o que de bom se pode fazer por eles e com eles.

Essa perspectiva amplia a compreensão tradicional do papel do bibliotecário, inserindo-o como agente ativo nas práticas pedagógicas e culturais da escola. Não se trata apenas de gerir acervos, mas de estabelecer vínculos, criar diálogos e favorecer encontros significativos entre leitores e textos.

É nesse sentido que Almeida Junior e Sueli Bortolin (2008, p.8) chamam atenção para o papel

ampliado do bibliotecário, ao nomeá-lo como *bibliotecário-mediador*, sublinhando seu envolvimento direto na promoção da leitura: “Deseja-se que ele ‘saia de trás do balcão’, aproxime-se do leitor e troque com ele leituras. [...] Para isso, o bibliotecário deve ser cúmplice efetivo e afetivo do leitor, se dispondo a discutir e trocar ideias a respeito do que leem.”

Nesse sentido, é fundamental repensar a atuação do bibliotecário no contexto escolar como alguém que estabelece vínculos e se insere ativamente na dinâmica da comunidade educativa.

Nesse mesmo eixo, Yunes (2001) traz importantes contribuições ao conceber a mediação da leitura como prática fundamental para a aproximação afetiva, intelectual e simbólica entre o leitor e o texto. A mediação, segundo Yunes, deve ser pensada como processo ético-estético que possibilita a abertura de sentidos e a constituição de sujeitos críticos e criativos.

Assim, a biblioteca escolar deve ser compreendida como um espaço de ação transformadora, capaz de fomentar o protagonismo estudantil e a inclusão sociocultural, especialmente quando integrada a projetos como o *Territórios da Leitura*, que revitalizam esses espaços e os inserem em um ecossistema maior de formação leitora.

Essa concepção da biblioteca como espaço democrático evoca a ideia de um ambiente que vai muito além do acesso físico aos livros. Trata-se de um coração pulsante na escola, onde a equidade, a inclusão e a participação ativa da comunidade escolar devem ser prioritárias. Uma biblioteca escolar democrática é um local onde cada estudante, independentemente de sua origem, identidade ou necessidade, sente-se seguro, valorizado e representado.

A mediação da leitura adquire camadas ainda mais profundas nesse contexto. Não se trata apenas de despertar o gosto pela leitura, mas de utilizar a leitura como uma ferramenta para a compreensão de questões sociais complexas, para o desenvolvimento da empatia e para a promoção do respeito à diversidade.

Estratégias de mediação devem começar pela construção de um acervo diversificado, que reflita as múltiplas culturas, histórias e vozes que compõem a sociedade, que incentivem a reflexão crítica e a ação social.

É crucial também reconhecer que a construção de uma biblioteca verdadeiramente democrática e a implementação de uma mediação da leitura com foco na cidadania enfrentam desafios. A falta de recursos, a sobrecarga de trabalho, a necessidade de contratação de profissionais habilitados para atuação nesses espaços e, por vezes, a resistência a abordagens mais críticas podem ser obstáculos. No entanto, ao reconhecer a biblioteca escolar como um espaço vital para a formação de cidadãos conscientes e engajados, e ao investir em práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, é possível transformá-la em um verdadeiro motor de transformação social dentro da escola.

Essa transformação, contudo, não se sustenta apenas em iniciativas locais ou em esforços isolados. Ela requer o respaldo de políticas públicas robustas, contínuas e bem estruturadas, capazes de garantir condições materiais, humanas e simbólicas para a efetiva democratização do conhecimento.

2.3 Políticas públicas de leitura e democratização do conhecimento

A garantia do direito à leitura como componente da cidadania cultural requer a existência de políticas públicas consistentes, que assegurem o acesso ao livro, à informação e à formação leitora desde os primeiros anos da escolarização. No Brasil, diversas iniciativas governamentais têm buscado estruturar esse campo, por meio de programas e planos que envolvem diferentes esferas da federação e segmentos da sociedade.

Historicamente, destacam-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de 1997, que durante anos viabilizaram a distribuição de acervos às instituições públicas de ensino. Em 2014, a promulgação da Lei n.º 12.244 estabeleceu a meta de que todas as instituições de ensino do

país possuam bibliotecas escolares até 2020, evidenciando o reconhecimento legal da importância desses espaços para a educação de qualidade.

Contudo, diante da inefetividade da medida dentro do prazo original, o Congresso Nacional aprovou uma prorrogação até junho de 2024. Ainda assim, passados os novos prazos, o cenário nacional demonstra que a meta de universalização não foi plenamente cumprida, revelando a fragilidade na implementação da lei e a persistente ausência de políticas públicas efetivas para garantir bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino.

Vale mencionar a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei nº 13.696 de 2018, que estabelece diretrizes permanentes para a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil. A execução dessa política está atribuída à União, por meio da articulação entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), em cooperação com estados, municípios, Distrito Federal, sociedade civil e instituições privadas.

Além disso, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), lançado em 2006, constituiu-se como uma das principais políticas públicas integradas voltadas para o fomento à leitura, articulando ações do MinC e MEC com vistas à democratização do acesso ao livro, à valorização institucional da leitura e à formação de mediadores, cujo objetivo central é:

[...] assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente (BRASIL, 2014, p. 23).

Atualmente, está em curso uma consulta pública mediada pelo Governo Federal, no âmbito do Conselho Nacional do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), com o objetivo de

construir de forma participativa as diretrizes do novo plano decenal 2025–2035.

Em resposta a esse processo, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) apresentou contribuições que reforçam a necessidade de tornar as bibliotecas mais visíveis e efetivamente integradas às políticas públicas. Entre suas propostas está a mudança do nome para Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas (PNLLB), além de diretrizes como a contratação de bibliotecários, financiamento contínuo, diversificação de acervos e garantia de governança transparente, com metas claras e participação ativa da sociedade civil.

No debate acadêmico, Silva (2016) defende a implantação de programas estruturantes de incentivo à leitura, com ênfase na formação de mediadores e na garantia de acervos atualizados e diversificados. Para o autor, é preciso conceber políticas de leitura que envolvam a comunidade escolar, as famílias e os gestores públicos, promovendo uma cultura leitora ampla e participativa.

A essa discussão soma-se a contribuição de Sala e Militão (2022), que destacam importantes entraves à efetivação das políticas públicas de leitura e de bibliotecas escolares. Os autores apontam que, embora haja avanços normativos e iniciativas de fomento à leitura, a ausência de dotação orçamentária específica compromete a materialização dessas ações, que muitas vezes permanecem no campo das intenções. A pesquisa evidencia a carência de bibliotecas escolares estruturadas e de profissionais bibliotecários nas redes públicas de ensino, descumprindo legislações federais que preveem tais exigências.

Nesse contexto, torna-se urgente que políticas públicas de leitura assumam, ampliem e institucionalizem práticas inspiradas em projetos como *Territórios da Leitura*. A experiência acumulada por iniciativas dessa natureza revela caminhos concretos para democratizar o acesso à leitura, revitalizar bibliotecas escolares e formar mediadores qualificados. No entanto, para que tais ações alcancem maior escala e sustentabilidade, é fundamental que

deixem de depender apenas de editais ou patrocínios pontuais e passem a integrar, de modo sistemático, os programas governamentais nas esferas federal, estadual e municipal.

Dessa forma, este referencial teórico fundamenta a análise do projeto *Territórios da Leitura* como uma experiência significativa de intervenção cultural e educacional, ancorada em princípios de acesso à informação, mediação leitora e promoção da cidadania.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Dada a participação dos autores no desenvolvimento e implementação do projeto *Territórios da Leitura*, a pesquisa assume características de pesquisa-ação (Tripp, 2005), buscando compreender e analisar o projeto a partir de uma perspectiva interna e engajada.

Tal estratégia de pesquisa tem como prerrogativa a participação dos grupos sociais no processo de compreensão e desenvolvimento de ações, as quais impactam a realidade estudada. É sucintamente definida por Tripp (2005, p. 443) “como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”, isto é, desenvolve o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

A pesquisa-ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2008, p. 28).

Dentro do ciclo básico de uma investigação empírica e participativa, consideraram-se basicamente os seguintes elementos: identificação do problema; o planejamento de uma solução; a implementação; análise e reflexão, seguindo a proposta de ação-investigação.

Acredita-se, com base na abordagem Freiriana (1969), que os movimentos de ação-reflexão estão imbricados, de modo que esse processo é inteiramente cíclico e labiríntico. Para o autor, suas teorias eram na verdade uma reflexão crítica sobre sua própria prática, o que se adequa fortemente aos preceitos da pesquisa-ação.

O universo da investigação contempla as escolas públicas municipais do estado do Ceará que foram beneficiadas pelo projeto *Territórios da Leitura* no período de 2019 a 2025, abrangendo aproximadamente 20 mil estudantes da rede pública.

A seguir, apresenta-se um panorama quantitativo da iniciativa:

Quadro 1 - Indicadores da Amostra da pesquisa

Indicador	Valor Atual	Observações
Bibliotecas revitalizadas	35 unidades	Dados atualizados até jul/2025
Municípios contemplados	16 municípios	Fortaleza, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Iguatu, Itapipoca, Icapuí, Maracanaú, Maranguape, Quixadá, Russas, Iguatu, Brejo Santo, Santa Quitéria, Pacatuba e Maracanaú
Escolas atendidas	35 escolas	Uma escola por biblioteca revitalizada
Estudantes beneficiados	20.000 alunos	Estimativa com base no INEP, 2023.

Fonte: Dados da pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de uma combinação de métodos, incluindo a análise documental e a observação participante dos autores, registrada em diários de campo, das atividades desenvolvidas, das interações entre os participantes (alunos, educadores, comunidade) e do funcionamento das bibliotecas revitalizadas.

Minayo (1993) define o diário de campo como o espaço destinado às informações que não

aparecem nas entrevistas formais — são, sobretudo, as observações do pesquisador sobre comportamentos, atitudes, conversas informais, instituições e ações que, de algum modo, se relacionam com o tema da pesquisa.

A análise dos dados foi conduzida por meio do método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), especialmente na vertente da análise temática. Essa técnica tem por objetivo identificar, categorizar e interpretar os núcleos de sentido presentes nos materiais analisados, permitindo a reconstituição de significados socialmente compartilhados a partir das práticas, registros e experiências do projeto.

Segundo Bardin (2011, p. 135), a análise temática “[...] consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico estudado.” Com base nesse princípio, os documentos oficiais do projeto (relatórios, materiais de divulgação, dados quantitativos de execução) e os registros oriundos da vivência direta em encontros, formações e visitas às escolas participantes foram analisados de forma sistemática.

Durante a fase de pré-análise, realizou-se o levantamento, seleção e organização do corpus documental e observacional, considerando sua relevância para os objetivos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, a partir da codificação temática das informações e da identificação de categorias analíticas recorrentes, como: (1) Apresentação do Projeto *Territórios da Leitura*; (2) Revitalização de espaços de leitura, (3) Promoção da leitura e da cidadania, (4) Articulação com políticas públicas

A última etapa correspondeu ao tratamento dos resultados obtidos, com base na interpretação dos dados à luz do referencial teórico, estabelecendo relações entre as ações do projeto e seus impactos potenciais na promoção da leitura e da cidadania nas escolas públicas municipais cearenses.

A metodologia, portanto, foi estruturada em três eixos principais: (1) caracterização do objeto e contexto da pesquisa; (2) análise documental e observacional com base na participação direta da pesquisadora nas ações do projeto; e (3) sistematização e interpretação dos dados segundo a técnica de análise temática proposta por Bardin (2011).

A seguir, serão apresentados os resultados desta análise, organizados em categorias temáticas que emergem do corpus pesquisado, e que demonstram o impacto do projeto *Territórios da Leitura* na promoção da leitura e da cidadania nas escolas públicas do Nordeste brasileiro.

4 Resultados

Esta seção apresenta os resultados da análise, buscando responder à questão central desta investigação: como o projeto *Territórios da Leitura* contribui para a promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas de comunidades vulneráveis no Nordeste brasileiro?

Os resultados foram organizados em quatro categorias analíticas, que refletem os principais eixos de atuação e impacto do projeto investigado. A primeira categoria trata da Apresentação do Projeto *Territórios da Leitura*, destacando sua concepção, objetivos e diretrizes metodológicas. Em seguida, a análise contempla a Revitalização de espaços de leitura, evidenciando como o projeto transforma ambientes escolares em espaços mais acolhedores e propícios à leitura. A terceira categoria aborda as ações de Mediação de leitura e participação da comunidade escolar, ressaltando o papel dos mediadores, professores, estudantes e familiares nas práticas de leitura. Por fim, a quarta categoria — Articulação com políticas públicas ao livro — evidencia como as ações do projeto *Territórios da Leitura* dialogam com os princípios e objetivos de políticas públicas voltadas à leitura e às bibliotecas. Ao aproximar-se dessas diretrizes, o projeto demonstra potencial para inspirar e subsidiar programas institucionais mais amplos, que considerem a equidade, a diversidade dos acervos e a

ampliação do acesso à literatura como pilares fundamentais.

4.1 Apresentação do Projeto *Territórios da Leitura*

Como parte dos objetivos específicos desta pesquisa, esta seção apresenta o projeto *Territórios da Leitura*, implementado desde 2019 com o objetivo de incentivar e aprimorar a leitura dos alunos através da criação ou revitalização de bibliotecas escolares em comunidades vulneráveis do Nordeste Brasileiro.

O projeto atua em escolas públicas localizadas em comunidades com média ou alta vulnerabilidade social desde 2019. As bibliotecas dessas escolas são abertas à comunidade, tornando-se um ambiente de convivência e uma fonte de sabedoria. O objetivo é reescrever a história dessas comunidades, oferecendo novas oportunidades de conhecimento e transformação social por meio da leitura.

O *Territórios da Leitura* é uma realização da Invento Produções Culturais e do Ministério da Cultura, com o apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. O projeto é patrocinado por empresas sediadas nas localidades onde atua, incluindo Gerdau, Lunelli, Dakota, Grupo Dass, Marisol, Sumitomo, Cagece, dentre outras. Cada empresa participa adotando pelo menos uma biblioteca escolar, destinando recursos provenientes de isenção fiscal. As Secretarias de Educação municipais também contribuem, assumindo custos relacionados a reparos elétricos e pintura das salas, enquanto os demais custos são cobertos pelos patrocinadores.

Entre 2020 e 2023, o projeto reinaugurou treze bibliotecas em escolas municipais de Fortaleza, Itapipoca, Maracanaú e Maranguape, alcançando aproximadamente 10.000 alunos. Em 2024, entregou oito novas bibliotecas, totalizando 27 bibliotecas criadas ou revitalizadas desde sua criação, em municípios como Iguatu, Itapipoca, Icapuí, Maracanaú, Maranguape, Quixadá, Russas e Trairi, beneficiando cerca de 16.000 estudantes. Em 2025, foram inauguradas mais cinco bibliotecas nas cidades de

Quixadá, Russas, Iguatu, Brejo Santo, Santa Quitéria, Pacatuba e Maracanaú, elevando o total para 35 bibliotecas escolares revitalizadas, com alcance estimado em cerca de 20.000 alunos da rede pública municipal.

Figura 1: Bibliotecas revitalizadas



Fonte: <https://territoriosdaleitura.com.br/#fotos>

O tempo de atuação do projeto em cada escola tem uma duração média de seis meses, após o qual as administrações municipais se comprometem a manter os espaços em pleno funcionamento, garantindo a continuidade do impacto positivo.

Além da criação e revitalização dos espaços físicos, as bibliotecas recebem equipamentos (computadores, ar-condicionado, TV, etc), móveis (Estantes, mesas, cadeiras, pufs), livros (Adequados ao contexto da biblioteca) e material de apoio ao processamento técnico.

Figura 2: Bibliotecas com equipamentos



Fonte: <https://territoriosdaleitura.com.br/#fotos>

Vale destacar, que as bibliotecas, quando revitalizadas por meio do projeto, são abertas à comunidade, ampliando seu impacto para além dos muros escolares. Elas se tornam um espaço de convivência e uma fonte de

sabedoria, proporcionando novas oportunidades de conhecimento e transformando o cenário social local através da leitura.

Figura 3: Bibliotecas como espaço de convivência



Fonte: <https://territoriosdaleitura.com.br/#fotos>

A cada nova edição, a iniciativa oferece oficinas literárias (Escrita literária, artes visuais, xilogravuras, quadrinhos), clubes de leitura, sessões de contação de histórias, além de atividades formativas para os educadores, que envolvem consultorias sobre dinamização de acervos e mediação de leitura. O projeto possui na equipe uma bibliotecária que participa do desenho arquitetônico da biblioteca, escolha do mobiliário, da seleção do acervo, bem como do processamento técnico deste.

Ao longo das edições surgem desafios, como a falta de bibliotecários nas escolas e o comprometimento das gestões escolares para manter as bibliotecas em funcionamento após o fim do projeto. Ainda assim, o *Territórios da Leitura* tem demonstrado ser uma ação significativa, não apenas no combate à desigualdade de acesso ao livro, mas também na promoção de uma transformação social mais ampla, reescrevendo as histórias dessas comunidades por meio da educação e da leitura.

Ao engajar alunos, professores, bibliotecários e a comunidade local, o projeto cria um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual e emocional, em consonância com os objetivos de transformação social.

4.2 Revitalização simbólica e física dos espaços de leitura

A segunda categoria diz respeito às intervenções realizadas nas bibliotecas escolares, compreendidas como espaços simbólicos e concretos de acesso ao conhecimento, à cultura e ao convívio comunitário. As ações do projeto *Territórios da Leitura* resultaram na criação ou reestruturação de espaços de leitura em mais de 35 escolas da rede pública em diferentes municípios do Nordeste brasileiro. Essas revitalizações incluíram pintura, mobiliário, climatização, iluminação adequada, ambientação lúdica e formação de acervo.

Do ponto de vista simbólico, essas ações contribuíram para ressignificar a imagem da biblioteca escolar, não mais como local de silêncio ou punição, mas como espaço de fruição, acolhimento e pertencimento. Tais transformações repercutem na identidade da escola e na valorização da leitura como prática cotidiana.

Essa valorização do espaço como elemento simbólico e formativo no processo de leitura também é ressaltada por Martins (2006, p. 61), que, a partir de uma perspectiva pedagógica e de mediação literária, enfatiza a importância de ambientes acolhedores e da atuação sensível dos profissionais como condições essenciais para formar leitores:

[...] no processo de mediação de leitura um fator de fundamental importância é o espaço/ambiente que privilegie as crianças, leitoras em formação, bem como a atuação comprometida dos profissionais pela mediação (MARTINS, 2006, p. 61).

No contexto das escolas selecionadas pelo projeto, essa reflexão se torna ainda mais significativa. Em sua maioria, os espaços destinados à leitura se restringem a depósitos improvisados de livros didáticos, sem ambientação adequada, com ausência de cores, estímulos visuais ou qualquer sinal de fruição estética. Ambientes assim pouco convidam à permanência e não favorecem a construção de uma relação afetiva com o livro e a leitura.

Figura 4 – Situação dos acervos antes e depois do projeto



Fonte: Acervo pessoal de uma das autoras.

A atuação do projeto *Territórios da Leitura*, nesse sentido, promove uma verdadeira ressignificação desses espaços. Por meio de ações que incluem pintura artística, reorganização dos acervos, inserção de mobiliário confortável, ambientação lúdica e curadoria participativa, as bibliotecas escolares são transformadas em lugares vivos, acolhedores e simbólicos — que não apenas armazenam livros, mas que convidam ao encontro, à imaginação e ao exercício da escuta e da palavra.

A biblioteca escolar é, sem dúvidas, a ambiência de leitura (Nóbrega, 2002) mais democrática e um dos primeiros espaços que promove o contato do leitor com o livro. Portanto, a sua missão está completamente relacionada à escola, e seu papel é apoiar o processo educacional a partir de dois importantes processos: no incentivo à apreciação e gosto literário e no desenvolvimento de múltiplas habilidades informacionais.

Segundo o Manifesto da UNESCO para Bibliotecas Escolares (2000), a biblioteca é parte integrante do processo educativo, sendo essencial para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da competência informacional dos estudantes. No Brasil, as Diretrizes para Bibliotecas Escolares (Brasil, 2014) reforçam a necessidade de que

esses espaços sejam dinâmicos, acessíveis e integrados ao projeto pedagógico da escola.

O projeto também atua no desenvolvimento das coleções das bibliotecas implantadas, buscando representar as comunidades escolares na curadoria dos acervos. As bibliotecas revitalizadas passam a contar com acervos mais atualizados, com variedade de gêneros e temas, que consideram as especificidades locais e culturais das comunidades escolares, favorecendo assim o sentimento de pertencimento. A seleção dos acervos, por exemplo, foi orientada por critérios de representatividade e diversidade, contemplando autores regionais, literatura afro-brasileira, indígena e obras que dialogam com o cotidiano dos estudantes.

Figura 5: Acervo das bibliotecas



Fonte: <https://territoriosdaleitura.com.br/#fotos>

Tais iniciativas reforçam a leitura como um direito cultural (Cândido, 1970), ampliando seu alcance social e estimulando o pertencimento dos sujeitos ao universo letrado.

4.3 Promoção da leitura e da cidadania

A terceira categoria evidencia o papel do projeto na dinamização das práticas de leitura no cotidiano escolar. Ao serem contempladas

pelas ações do *Territórios da Leitura*, as escolas não recebem apenas suporte em infraestrutura, mas também um conjunto articulado de atividades de mediação literária. Essas ações envolvem tanto práticas de leitura com as crianças quanto formações destinadas aos professores, entendendo que o trabalho pedagógico com a literatura exige que os docentes se apropriem de saberes específicos e saibam como mobilizá-los em espaços propícios, como a biblioteca escolar.

Essa perspectiva dialoga com Kuhlthau (2004), que enfatiza a necessidade de integrar a biblioteca escolar ao currículo pedagógico, não apenas como um espaço de armazenamento de livros, mas como ambiente ativo de formação leitora, onde os professores desempenham papel fundamental na dinamização das práticas educativas.

Para as crianças são ofertadas oficinas de criação literária, rodas de contação de histórias, clubes de leitura e espetáculos teatrais, sempre promovendo o contato afetivo e contínuo com o universo da literatura.

Além disso, os professores recebem 32 horas de consultoria, sendo 16 horas voltadas à Organização e Dinamização de Bibliotecas Escolares e outras 16 horas dedicadas à Mediação de Leitura Literária. Essa formação é ofertada tanto de forma presencial quanto por meio de seminários virtuais conduzidos por especialistas, garantindo uma abordagem teórico-prática consistente e alinhada às demandas do cotidiano escolar. Como destaca Martins (2006, p. 57):

[...] mediar à leitura na escola envolve um conhecimento prévio dos processos de ensino, a concepção de educação, o projeto educativo cultural da escola, a concepção de leitura e da prática pedagógica, a concepção de cultura infantil, os espaços disponíveis para o educando ler, bem como peculiaridades da pessoa que está à frente desta ação (MARTINS, 2006, p. 57).

Como parte dessas estratégias de formação e fortalecimento das práticas leitoras no ambiente escolar, destacam-se ainda os seminários virtuais voltados à formação dos educadores

da rede pública, com temáticas ligadas à leitura literária, formação de mediadores e bibliotecas escolares. Essas ações formativas, conduzidas por especialistas de diferentes áreas, ampliam o repertório teórico e metodológico dos professores, consolidando a leitura como um eixo estruturante da prática pedagógica. A seguir, apresenta-se uma tabela com os eventos realizados:

Quadro 2 - Seminários de Leitura

Ano	Número de Webinares	Temas Centrais	Convidados
2021	5	Biblioteca, Leitura e escrita na educação básica	Illan Brenman, Socorro Acioli, Laiana Sousa, Heloisa Pietro, Geraldo Peçanha
2023	10	Leitura Literária e mediação de leitura na escola (clubes de leitura, contação de histórias, poesia)	Tino Freitas, Maria Amélia Dalvi, Jose Helder, Luciana Gerbovic, Mafuane Oliveira, Renata Junqueira, Gisselley Lima, Luciano Pontes, Julie Oliveira, Juliana Marques
2024	5	Leitura Literária na educação básica	Gabriela Romeu Mariana Parreira Ana Paula Campos Marcelo Maluf Carolina Sanches
2025	5	Curadoria, mediação e representatividade na formação do leitor infantil e juvenil	Roger Mello, Joana Marques Ribeiro, Beth Cardoso, Renata Nakano, Carolina Sanches

Fonte: Dados da pesquisa.

É fundamental compreender que o trabalho do mediador ultrapassa a execução de atividades pontuais: trata-se de um papel estruturante na consolidação de uma cultura leitora no ambiente escolar. Como afirmam Silva e Bortolin (2006, p. 14),

[...] a mediação da leitura é uma tarefa de fundamental importância e [...] exige formação que englobe aspectos científicos e educacionais, além de compromisso e disposição para que os projetos da biblioteca não se tornem insipientes e descontínuos; nem tampouco alheios às discussões pedagógicas da escola.

Essa perspectiva reforça a necessidade de formação continuada, diálogo entre áreas e articulação entre os projetos de leitura e o currículo escolar, garantindo que a biblioteca não seja um espaço isolado, mas parte viva do processo educativo.

4.4 Articulação com políticas públicas

A quarta categoria aborda a articulação do projeto com políticas públicas de educação, cultura e leitura. Observa-se que as ações do *Territórios da Leitura* dialogam com diretrizes previstas no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), tanto em sua versão de 2011–2020 quanto na proposta 2025–2035, atualmente em consulta pública conduzida pelo MinC e o MEC. Esta versão atualizada, reafirma os quatro eixos estruturantes: democratização do acesso ao livro, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento da economia do livro.

Além do PNLL, destaca-se a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei 13.696/2018 e regulamentada pelo Decreto nº 10.403/2020, que estabelece a leitura como direito, dever do Estado e prática permanente de formação cidadã. Também se articula com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), criado para garantir o acesso igualitário à leitura e à informação por meio de bibliotecas públicas estruturadas e integradas em rede nacional.

É válido ressaltar, que o Brasil ainda não possui uma Política Nacional de Bibliotecas instituída e que a legislação mais recente e emblemática acerca da questão da biblioteca no país é a Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010, mencionada no referencial teórico.

Essas políticas têm como horizonte a promoção do livro, da leitura e da literatura como dimensões fundamentais da cidadania cultural. A presença dessas diretrizes na estrutura do projeto evidencia seu alinhamento com a agenda pública nacional e seu compromisso com a justiça educacional.

Embora haja registros de esforços para a presença de bibliotecas escolares desde o período imperial, sua implementação tem sido historicamente comprometida. Como observa Campello (2018, p. 483), a “[...] ausência de previsão de recursos sempre inviabilizou a existência de bibliotecas em todas as escolas”, realidade que ainda se reflete no contexto atual. Os dados do Censo Escolar de 2018, revelam uma acentuada desigualdade na disponibilidade de bibliotecas e/ou salas de leitura nos diferentes níveis do ensino público brasileiro, com os seguintes percentuais: apenas 15,4% das creches, 15,7% das pré-escolas, 48,1% das escolas de ensino fundamental e 85,7% das de ensino médio contavam com biblioteca ou sala de leitura.

Por fim, a articulação com secretarias municipais de educação e cultura e com agentes locais potencializa a capilaridade das ações do projeto. Dessa forma, o *Territórios da Leitura* configura-se como uma política pública em ação, com potencial de replicabilidade e incidência sistêmica.

Finalmente, a análise das quatro categorias permitiu compreender que o projeto *Territórios da Leitura* tem promovido ações significativas para a revitalização simbólica e física dos espaços de leitura, para a formação de leitores e mediadores, para o engajamento da comunidade escolar e para a interlocução com políticas públicas. Tais ações, articuladas entre si, contribuem para a constituição de uma cultura leitora em contextos historicamente vulnerabilizados, promovendo

o acesso ao livro, a fruição estética e o exercício da cidadania.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa buscou analisar a contribuição do projeto *Territórios da Leitura* para a promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas de comunidades vulneráveis no Nordeste Brasileiro. Os resultados da análise temática revelaram que a iniciativa impacta positivamente o cotidiano escolar em múltiplos níveis, desde a revitalização física e simbólica dos espaços de leitura até a dinamização de práticas pedagógicas inovadoras de mediação cultural e a ampliação do acesso ao livro para além dos muros da escola.

A transformação das bibliotecas escolares em "lugares de estar" e "lugares de afeto" demonstra o poder de um ambiente acolhedor e estimulante para engajar os estudantes com a leitura e o aprendizado. As diversas ações de mediação literária implementadas pelo projeto, como oficinas, clubes de leitura e contação de histórias, contribuíram para expandir o repertório literário dos alunos, fortalecer seu vínculo afetivo com os livros e formar professores como mediadores competentes. A abertura das bibliotecas à comunidade promoveu uma maior integração entre escola e território, consolidando a biblioteca como um equipamento cultural a serviço da cidadania.

Ademais, a articulação do *Territórios da Leitura* com políticas públicas de leitura evidencia o seu potencial como uma política pública em ação, capaz de alcançar comunidades com baixos indicadores de acesso à cultura e à informação. A iniciativa se alinha com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), reforçando a importância da leitura como direito e prática permanente de formação cidadã.

Apesar dos resultados promissores, a pesquisa também aponta para desafios importantes, como a necessidade de garantir a sustentabilidade das ações a longo prazo, a

carência de profissionais especializados como bibliotecários e a importância de uma maior integração com as políticas públicas já existentes. Superar esses desafios é fundamental para consolidar os avanços alcançados e garantir que iniciativas como o *Territórios da Leitura* possam continuar contribuindo para a promoção da leitura, o desenvolvimento da cidadania e a transformação social em comunidades vulneráveis.

Em suma, o projeto configura-se como uma experiência relevante e replicável de impacto social, demonstrando que o investimento na leitura e na revitalização de bibliotecas escolares em territórios periféricos representa um passo significativo no enfrentamento das desigualdades, na valorização das experiências culturais locais e na construção de um futuro mais justo e leitor para o Nordeste brasileiro. Sugere-se, para futuras pesquisas, o acompanhamento longitudinal do impacto do projeto nas trajetórias escolares e na vida cidadã dos estudantes beneficiados, bem como a investigação de modelos de gestão que garantam a sustentabilidade de iniciativas similares.

6 Referências

- Almeida Júnior, O. F., & Bortolin, S. (2008). Mediação da informação e da leitura. In T. E. da Silva (Org.), *Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação* (v. 1, pp. 67-86). Néctar.
- Bichetti, A. L. A. de O., & Almeida Júnior, O. F. (2013, agosto). Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. *Biblioteca Escolar em Revista*, 2(1), 41-54.
- Brasil. Ministério da Educação, & Ministério da Cultura. (2014). *Caderno do PNLL* (ed. at. e rev.). Ministério da Educação / Ministério da Cultura. Retrieved from <http://antigo.cultura.gov.br/pnll>
- Brasil. Ministério da Educação, & Ministério da Cultura. (2015). *Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura*. MEC/MinC.

- Brasil. (2010, 24 de maio). *Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*. Planalto: Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2007-2010/2010/lei/l12244.html
- Brasil. (2018, 12 de julho). *Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita*. Planalto: Brasília. Recuperado de <https://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/600306209/lei-13696-18>
- Cândido, A. (1970). O direito à literatura. In *Vários escritos*. Duas Cidades.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro: Do leitor ao navegador*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: UNESP.
- Freire, P. (2002). *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. Paz e Terra.
- IFLA. (2015). *Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Escolares* (2ª ed.).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Dados do Censo Escolar 2022* [Arquivo de dados]. Brasília. Recuperado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>
- Instituto Pró-Livro. (2024). *Retratos da Leitura no Brasil* (6ª ed.) [Arquivo de dados]. São Paulo. Recuperado de [Incluir o link correto da 6ª edição, se disponível, ou o link geral do Instituto Pró-Livro]
- Kleiman, A. (2007). Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, 32(53), 1–25.
- Kuhlthau, C. C. (2002). *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*. Autentica.
- Longo, M. A. (2019). *Políticas públicas de leitura no Brasil*. Perspectiva.
- Manifesto IFLA/UNESCO sobre biblioteca pública. (1994). IFLA. Recuperado de <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>
- Martins, E. (2006). O espaço de mediação de leitura na biblioteca escolar. In *Fazeres cotidianos na biblioteca escolar* (cap. 5, pp. 55-64). Polis.
- Minayo, M. C. de S. (1993). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. ABRASCO.
- Nóbrega, N. G. (2002). De livros e bibliotecas como memória do mundo: Dinamização de acervos. In E. Yunes (Org.), *Pensar a leitura: Complexidade*. Editora PUC-Rio; Edições Loyola.
- Petit, M. (2008). *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. Editora 34.
- Sala, F., & Militão, S. C. N. (2020, julho/setembro). Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: análise da materialização em Anhumas/São Paulo. *Revista Teias*, 21(62), 367–387. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/45856>
- Silva, E. T. da. (2016). *O ato de ler: Fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. Cortez.
- Silva, J. R., & Bortolin, S. (2006). Reflexões sobre a leitura e a biblioteca escolar. In *Fazeres cotidianos na biblioteca escolar* (cap. 1, pp. 11-19). Polis.
- Thiollent, M. (2008). *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443–466.
- UNESCO. (2023). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem*.
- Yunes, E. (2009). *Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados*. Aymarã.
- Yunes, E. (2002). Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo. In *Pensar a leitura: complexidade* (pp. 13-51). PUC-Rio.

